



PARECER DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Projeto de Lei n.º 3.657, de 2012, que “Acrescenta o art. 29-A ao Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para dispor sobre a destinação de veículos apreendidos objeto da pena de perdimento em decorrência de sua utilização na prática dos crimes de contrabando ou descaminho.”

AUTOR: Deputado NELSON PADOVANI

RELATOR: Deputado DIEGO ANDRADE

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.657, de 2012, de autoria do ilustre Deputado Nelson Padovani, visa a estabelecer regra detalhada, especialmente quanto a prazos a serem observados nos casos de aplicação da pena de perdimento de veículo apreendido em decorrência de seu uso no cometimento dos crimes de contrabando ou descaminho, estabelecida no art. 23, § 1º, do Decreto-Lei nº 1.455, de 1976, com a redação dada pela Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2012, combinado com o art. 104 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966.

Em sua justificação, o nobre Autor da proposição esclarece que a proposta “destinação rápida dos veículos apreendidos traz uma série de vantagens para a administração pública e para a sociedade como um todo”, citando entre elas, a economia de custos de armazenagem e dos veículos apreendidos, o benefício a ser gerado em menor prazo para órgãos públicos e entidades beneficentes aos quais vierem a ser destinados os veículos, além de evitar a deterioração por falta de uso e até mesmo seu sucateamento, o que sabidamente ocorre com frequência.

A proposição foi distribuído, inicialmente, a esta Comissão, para análise do mérito e da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira, devendo, a seguir, ser submetida à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Nesta Comissão de Finanças e Tributação, não foram apresentadas Emendas ao Projeto no prazo regimental.

É o Relatório.



II - VOTO

Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, apreciar as proposições quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, art.53, II) e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, de 29 de maio de 1996, que “estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”.

De acordo com o Regimento Interno, somente aquelas proposições que "importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública" estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária. Neste sentido dispõe também o art. 9º de Norma Interna, aprovada pela CFT em 29.05.96, *in verbis*:

"Art. 9º Quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira deve-se concluir no voto final que à Comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não."

A matéria contida no projeto de lei em análise não traz qualquer implicação de natureza orçamentária ou financeira à União, na medida em que apenas busca viabilizar a destinação rápida dos veículos apreendidos objeto da pena de perdimento em decorrência de sua utilização na prática dos crimes de contrabando ou descaminho.

Diante do exposto, somos pela não implicação em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública federal do Projeto de Lei nº 3.657, de 2012, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado DIEGO ANDRADE
Relator